

**LIBERDADE AINDA QUE TARDIA - A INSERÇÃO DA LITERATURA JUVENIL  
COMO POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAR O ENSINO DE HISTÓRIA:  
RELAÇÕES ENTRE A OBRA *A VIAGEM PROIBIDA: NAS TRILHAS DO OURO*  
(2013), DE MARY DEL PRIORE, E O LIVRO DIDÁTICO *HISTÓRIA, SOCIEDADE &  
CIDADANIA* (2018), DE ALFREDO BOULOS JUNIOR**

**FREEDOM EVEN IF LATE - THE INSERTION OF JUVENILE LITERATURE AS A  
POSSIBILITY TO REMEAN HISTORY TEACHING: RELATIONS BETWEEN THE  
WORK *THE FORBIDDEN VOYAGE: ON THE TRAILS OF GOLD* (2013), BY MARY  
DEL PRIORE, AND THE TEXTBOOK *HISTORY SOCIETY & CITIZENSHIP* (2018),  
BY ALFREDO BOULOS JUNIOR**

**LIBERTÉ MEME SI TARDIVE – L'INSERTION DE LA LITTERATURE DE  
JEUNESSE COMME POSSIBILITÉ DE DONNER UN NOUVEAU SENS AU  
L'ENSEIGNEMENT DE L'HISTOIRE :  
RELATIONS ENTRE L'ŒUVRE *A VIAGEM PROIBIDA: NAS TRILHAS DO OURO*  
(2013), DE MARY DEL PRIORE, ET LE MANUAL *HISTORIA, SOCIEDADE &  
CIDADANIA* (2018) PAR ALFREDO BOULOS JUNIOR**

**DOI 10.20873/uft2179-3948.2021v12n3p153-171**

**Fernanda Sacomori Candido Pedro<sup>1</sup>  
Douglas Rafael Facchinello<sup>2</sup>  
Margarida da Silveira Corsi<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este artigo analisa comparativamente o evento histórico da Conjuração Mineira<sup>4</sup> (1789) nas obras *A Viagem Proibida: nas Trilhas do Ouro* (2013), de Mary Del Priore, e

<sup>1</sup> Mestre em Letras pelo Mestrado profissional em Letras (Profletras), pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Doutoranda em Letras pela Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste (2020-2024). Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. Professora da Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná. E-mail: fernandasacomori@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6810-9895>.

<sup>2</sup> Mestre em Letras pelo Mestrado Profissional em Letras (Profletras), pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Doutorando em Letras pela Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste (2021-2025). Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. Professor da Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná. E-mail: facchinello@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9389-6154>.

<sup>3</sup> Professora Associada de Língua e Literaturas de Língua Francesa da Universidade Estadual de Maringá. Doutora em Letras pela UNESP, Pós-Doutorado pela UNIOESTE/Université Lumière – Lyon 2. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: mscorsi@uem.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5216-8660>.

<sup>4</sup> Utilizamos o termo “Conjuração Mineira” ao invés de “Inconfidência Mineira”, pois acreditamos que a adoção de termos para retratar eventos históricos são sempre dotados de sentido, a depender do encaminhamento ideológico que se quer dar. O termo “Inconfidência” enquanto objetivo de desacreditar o movimento, é conveniente

*História Sociedade & Cidadania* (2018), de Alfredo Boulos Junior. O cotejo das duas obras, realizado a partir dos pressupostos de Hutcheon (1991), Burke (1992), Trouche (2006), Fleck (2017) e Bernd (1998), demonstra que a narrativa híbrida de história e ficção ensina outras formas de reflexão a respeito de fatos históricos e promove a conscientização do leitor.

**Palavras-chave:** literatura comparada; literatura juvenil; livro didático; romance histórico; ressignificações do passado.

**Abstract:** This article analyzes comparatively the historical event of the Minas Gerais Conspiracy (1789) in the works *A Viagem Proibida: nas Trilhas do Ouro* (2013), by Mary Del Priore, and *História Sociedade & Cidadania* (2018), by Alfredo Boulos Junior. The comparison between the two works, made from the assumptions of Hutcheon (1991), Burke (1992), Trouche (2006), Fleck (2017) and Bernd (1998), demonstrates that the hybrid narrative of history and fiction can provide other ways of thinking about the historical facts and promotes reader awareness.

**Keywords:** Comparative literature; Juvenile literature; textbook; historical novel; remeanings of the past.

**Résumé:** Cet article analyse comparativement l'événement historique de Conjuração Mineira (1789) dans les œuvres *A Viagem Proibida: nas Trilhas do Ouro* (2013), de Mary Del Priore et *História, Sociedade & Cidadania* (2018), d'Alfredo Boulos Junior. La comparaison des deux œuvres, fondée sur les hypothèses de Hutcheon (1991), Burke (1992), Trouche (2006), Fleck (2017) et Bern (1998), démontre que le récit hybride de l'histoire et de la fiction donne lieu à d'autres formes de réflexion sur des faits historiques et sensibilise le lecteur.

**Mots-clés:** Littérature comparée ; Littérature de jeunesse ; manuel scolaire; Roman historique ; Resignifications du passé.

## Introdução

História e ficção, na Antiguidade, compartilhavam um espaço comum, como é possível observar em obras como *A Ilíada* e *A Odisseia*, epopeias homéricas, textos fundadores da literatura ocidental, em que essas narrativas eram consideradas a história de um povo. Conforme nos aponta Trouche (2006), mito e história se entrecruzavam na organização da narrativa e cabia ao leitor discernir entre o verídico e o imaginário.

---

aos registros oficiais. “O termo Conjuração (do latim “conjuratio”), este sim, remete-nos ao sentido de movimento de revolta e conspiração contra o estado lusitano ou contra o governo português daquela época. SACRAMENTO, J. A. de A. Duas humildosas considerações sobre a Conjuração Mineira. Disponível em: [http://patriamineira.com.br/imagens/img\\_noticias/100620090811\\_Conjuracao\\_Mineira\\_x\\_Inconfidencia\\_Mineira.pdf](http://patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/100620090811_Conjuracao_Mineira_x_Inconfidencia_Mineira.pdf). Acesso em 30/09/2021.

Na passagem do modelo narrativo medieval para o romance moderno, esse estatuto de verdade é substituído pelo da verossimilhança, discussão presente já em Aristóteles, que, em sua *Poética*, delimitou os limites entre o poeta e o historiador, um contando o que aconteceu e outro o que poderia ter acontecido. Partindo desses pressupostos aristotélicos, ocorre, no período do Romantismo, a separação entre a história e a literatura. Uma, de acordo com Fleck (2017), passa ao âmbito das ciências e a outra segue no espaço das artes.

Essa separação se dá num período em que há, na Europa, a necessidade de fortalecimento do nacionalismo, o sentimento de pertença, tendo em vista que as invasões napoleônicas haviam abalado as identidades das diferentes nações do continente. Assim, pela necessidade de que os retratos discursivos do passado fossem superiores, a história passa a ser estudada como ciência, na Alemanha, no século XIX, anexada ao pensamento positivista, sob o lema do historiador Leopold Von Ranke – a história assim como de fato foi –, conceito absolutista da “verdade única”, o qual é o suporte do discurso historiográfico hegemônico até meados do século XX, quando surgem os preceitos da Nova História.

A partir dessa nova vertente historiográfica, que se contrapõe aos pressupostos da história tradicional, surgem novas perspectivas, entre elas, “a forte influência recíproca e a grande permuta de procedimentos e processos discursivos entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional” (TROUCHE, 2006, p. 33). Estas apontam, nos dias atuais, para uma tendência na relativização dos limites rígidos entre história e ficção, embora essa relação ainda suscite muitas discussões.

Nesse contexto atual de entrecruzamento entre literatura e história, as narrativas híbridas de história e ficção ganham espaço também para o público juvenil, sobretudo a partir da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, o qual, devido à simplificação do processo escritural estabelecido pelos autores do *pós-boom* - década de 80 -, consegue chegar a um público maior e ainda em processo de formação leitora. No entanto, observamos que esse gênero literário ainda possui pouco alcance junto ao público jovem e isso se deve, em grande medida, à sua pouca utilização na escola.

Nesse sentido, buscamos, neste artigo, dar visibilidade a uma narrativa híbrida de histórica e ficção juvenil, que se aproxima da modalidade de romances históricos contemporâneos de mediação (FLECK, 2017), desenvolvendo uma análise comparativa com um livro didático de história do 8º ano do ensino fundamental, a fim de apontarmos perspectivas outras que a literatura pode propiciar ao ensino desse componente curricular. Para isso, além

dessa introdução, apresentamos os pressupostos teóricos que embasam nossa análise; em seguida, a análise comparativa das duas narrativas; e, por fim, as considerações finais.

## **1 Relações entre história e ficção**

Segundo Trouche (2006), alguns fatores têm contribuído, na atualidade, para a relativização na relação entre história e ficção, tanto no campo da história quanto no campo da literatura. Com relação à história, o autor aponta três fatores:

O primeiro foi o processo de relativização do conceito de verdade histórica; o segundo foi a sedimentação da consciência de que a narrativa histórica é uma construção cultural, plena de subjetividade, dependente de uma avaliação quanto às fontes e documentos (estes também, construções linguísticas) e submetida às convenções da semiótica narrativa. O terceiro – e não menos importante – foi a abertura da abrangência do conceito de fato histórico, incorporando, também, os elementos do cotidiano e as experiências dos indivíduos comuns, não pertencentes às classes ou grupos sociais dominantes (TROUCHE, 2006, p. 33).

Todos esses novos elementos, a subjetividade do historiador que influencia em seu discurso, o conceito de uma verdade histórica que é relativa, bem como o fato de os historiadores introduzirem novos eventos e sujeitos na compreensão do passado, contrapõem-se aos preceitos positivistas incorporados pela história tradicional, a qual sempre esteve a serviço do poder hegemônico que a criou e, por isso, concentrou os seus estudos sobre os grandes feitos dos grandes homens e em acontecimentos militares e políticos.

Esse enfoque da historiografia, centrado nos grandes heróis, foi substituído pelo dos historiadores pertencentes à corrente historiográfica da Nova História, a qual, segundo Burke (1992), passou a interessar-se pela história de toda a atividade humana, da análise das estruturas da sociedade, com a história “vista de baixo” (SHARPE, 1992), enfim, com a opinião das pessoas comuns, com a utilização de novas fontes e com a substituição da objetividade do historiador de apresentar o fato como se verdade fosse.

Ainda, de acordo com esse autor, a base filosófica da Nova História é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída, o que nos traz a compreensão de que história e ficção possuem uma base comum, “elas têm nas atividades humanas seu objeto” (FLECK, 2017, p. 31), são narrativas que manipulam a linguagem para atingir o objetivo a que se propuseram seus autores, ou, nas palavras de Hutcheon (1991, p. 127), [...] “tanto a história

como a ficção são discursos, construtos humanos, sistemas de significação”, que se diferenciam pelo método de pesquisa que incide sobre as regras de uso da linguagem e o tipo de leitura que visa provocar.

No campo da literatura, também se processaram mudanças que direcionam para o entendimento da relativização dos limites entre história e ficção. Trouche (2006, p. 34) aponta três fatores:

Em primeiro lugar, é forçoso mencionar o sempre renovado interesse pelo passado histórico – embora variem muito as motivações contextuais que informam este interesse [...]. O Segundo elemento a destacar é a permanência da questão da referencialidade, desde as primeiras manifestações literárias, ocupando o centro das preocupações e especulações teóricas que envolvem críticos e criadores [...]. Por fim, embora também sem nenhum sentido hierárquico, é importante mencionar o contínuo movimento no sentido de autoquestionamento, sempre presente no processo literário, levando a uma grande abertura na concepção de discurso e de narrativa ficcional, além de relativizar e ultrapassar quaisquer fronteiras mais rígidas que pretendessem impor limites ao literário.

O interesse do público leitor sobre o passado fez com que um novo gênero literário, criado para conscientemente imbricar a literatura com a história, surgisse no século XIX – o romance histórico – no qual ocorre aprofundamento da relação entre história e ficção, as quais, conforme nos aponta Fleck (2017), diferenciam-se pelo uso da linguagem, que no romance é plurissignificativa e metafórica, para que esse cumpra com seu papel recreativo, catártico e artístico; e na escrita da história essa linguagem possui o caráter assertivo científico que desconhece a dúvida e a negação, pois precisa ser convincente.

O gênero surge em 1814, com a obra *Waverly*, de Walter Scott, em que o autor, de forma consciente e articulada, cria uma trama amorosa, na qual se mesclam os elementos ficcionais com os dados históricos. Nas obras de Scott, as personagens são condicionadas à época do tempo histórico recriado e vivem uma história de amor tendo como pano de fundo um evento histórico.

O momento histórico de surgimento desse gênero era de reconstrução das nações dominadas pela França durante um século, por isso, não interessava ao autor criticar o discurso historiográfico, uma vez que se buscava incentivar o nacionalismo, o patriotismo da população, exaltando os feitos heroicos de personagens da sua história e alertar a população para que se evitasse novas dominações. Desse modo, as obras serviram para dar seu aval à história, ou seja, dar respaldo à criação dos “novos” heróis, a fim de fomentar um sentimento de pertença na população.

Essa forma de manipular o dado histórico, ou seja, sem criticar a história hegemônica, caracteriza-se como o primeiro grupo de romances históricos, considerados por Fleck (2017) como acríticos, que possui duas fases, além da modalidade scottiana, a tradicional, sendo que a última se difere dos modelos scottianos clássicos pelo desaparecimento da estrutura do pano de fundo.

Mais uma vez, nessa segunda modalidade de romances, denominada de tradicional, ocorre a renarrativização verossímil de um acontecimento histórico de modo subjetivado, em que os protagonistas são focalizados na diegese. Assim, a perspectiva narrativa está em nível intradiegético – dentro da narrativa – e a voz enunciativa do discurso passa a ser homodiegética – de uma personagem secundária que conta a história do protagonista, ou autodiegética – quando o protagonista narra a sua própria história (GENETTE, 1979). No entanto, permanece a ideologia de ensinar a história hegemônica com personagens dicotômicas e espelhos dos grandes heróis.

No segundo grupo, encontram-se três fases, as quais expressam uma ideologia crítica, ou seja, buscam questionar a história. Duas fases, – Novo Romance Histórico Latino-Americano e a Metaficção Historiográfica – criticam o passado pela desconstrução do discurso hegemônico, das imagens e das personagens históricas. As produções dessas fases seguem uma tendência dos escritos latino-americanos ocorrida na década de 1960 e 1970, conhecida como o *boom*<sup>5</sup> da literatura latino-americana, em que surge o experimentalismo linguístico e formal, a heteroglossia e, com isso, a linguagem começa a ser via de descolonização ao romper com a homogeneidade da língua europeia presente nas obras até então.

Esse movimento, como reação ao culto de unidade e pureza e ao discurso monológico do colonizador, apresenta, em suas expressões artísticas, outra característica, “marcada por heterogeneidades, polifonias e cruzamentos onde a recuperação identitária estaria mais aberta à recuperação de traços, vestígios, fragmentos e de vozes até então inaudíveis, do que ao registro das vozes legitimadas e oficiais.” (BERND, 1998, p. 27). Dessa forma, muitos autores latino-americanos centram suas produções nas características diferenciadoras do continente: a hibridização e a mestiçagem.

---

<sup>5</sup> O boom latino-americano é um movimento literário ocorrido na década de 1960 em que a produção literária da América Latina se expandiu para o mundo. O contexto político e cultural influenciou o florescimento de uma nova literatura latino-americana, com a carência que a mesma vivia e a necessidade de passar das fronteiras tão delimitadas nas quais se encontrava. WAQUIL, M. L. O boom latino-americano: recepção e tradução. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/download/50907/31685>. Acesso em 30/09/2021.

Na fase crítica/desconstrucionista, as escritas híbridas enfrentam-se com o discurso historiográfico tradicional, ao propor uma aberta desconstrução dos eventos do passado e das personagens consagradas pela historiografia tradicional, as quais recebem um tratamento paródico, carnavalizado e irônico. Nelas, os escritores do continente colonizado demonstram sua posição crítica frente ao colonialismo e buscam vias de revelar outras possíveis versões para o passado de dominação em que viveram as sociedades latino-americanas. Isso causa, também, a ruptura com as modalidades acrílicas do romance histórico, únicas em voga até a essa época.

Dentro desse grupo de romances que nutrem uma perspectiva crítica, observa-se ainda uma terceira fase, a quinta modalidade, descrita por Fleck (2017) como mediadora, em que se abandonam as estratégias altamente desconstrucionistas e os anacronismos exacerbados. De acordo com o autor,

As obras mais recentes abandonam as superestruturas multiperspectivistas, as sobreposições temporais anacrônicas, os desconstrucionismos altamente paródicos e carnavalizados das releituras ficcionais anteriores. Elas adotam uma linearidade narrativa singela, com algumas analepses ou prolepses e um discurso crítico sobre o passado que privilegia uma linguagem próxima daquela do cotidiana do leitor atual (FLECK, 2017, p. 64).

O abandono dessas estratégias escriturais é uma reação dos próprios escritores latino-americanos, num movimento denominado de *pós-boom*, que se instaurou na década de 1980 para deixar de lado produções excessivamente literalizadas, densas e complexas da época do *boom* e simplificar o processo escritural, para, dessa forma, chegar a um público maior e não necessariamente especializado.

Essa modalidade – romance histórico contemporâneo de mediação -, centrada em uma perspectiva outrora silenciada, excluída, esquecida, visa estabelecer um diálogo entre colonizador e colonizado, ao dar voz ao discurso que a história oficial se ocupou em apagar. As narrativas dessa modalidade expressam uma ideologia descolonizadora, privilegiam personagens periféricas, constroem outro discurso sobre o evento histórico, o da margem, porém, sem desconstruir o discurso histórico nem as personagens já consagradas, uma vez que isso já não é necessário.

A partir dessa nova modalidade, que abandona o experimentalismo linguístico e as estratégias altamente desconstrucionistas, as obras tornam-se acessíveis a um público mais amplo, tendo em vista que, conforme nos esclarece Fleck (2017, p. 106):

Os romances históricos contemporâneos de mediação, justamente pela redução da complexidade na linguagem e na estrutura, atingem a um leitor bastante amplo, uma vez que podem ser compreendidos por jovens leitores ainda em formação, ou mesmo por aqueles leitores adultos que, ao longo de seu processo de escolarização, não tiveram a oportunidade de se tornar leitores críticos, considerando-se essa a etapa mais avançada do processo de formação de leitores que, em nossa realidade escolar, poucas vezes chega a acontecer.

Nesse sentido é que começamos a vislumbrar na literatura muitas obras híbridas de história e ficção pertencentes a essa modalidade, que são voltadas ao público juvenil.

Segundo Colomer (2017), a literatura infantil e juvenil, como um reflexo das sociedades pós-industriais, modernizou também a sua representação de mundo. A autora destaca que, a partir da década de 1980, novas discussões sociais emergiram e essas se refletiram nas produções literárias a partir de então. São elas:

Mudanças sociológicas, como a incorporação social da mulher [...] ou as novas formas familiares; a crítica a diferentes aspectos do desenvolvimento das sociedades atuais; constituição de sociedade multicultural e a necessidade de preservar a memória histórica. (COLOMER, 2017, p. 200).

Ainda, de acordo com a autora, dentro da vertente de recuperação da memória histórica, encontramos as narrativas históricas, as quais, ao expressarem uma ideologia crítica, podem lançar dúvida, preencher lacunas sobre os fatos narrados pela historiografia oficial - uma vez que o romancista tem ao seu alcance variados recursos escriturais que o historiador não tem -, e, desta forma, auxiliar jovens leitores em formação a ressignificarem o passado e descolonizarem o pensamento.

Assim, na seção seguinte, apresentamos a análise de uma narrativa híbrida de história e ficção juvenil brasileira, ambientada na época da Conjuração Mineira (1789), a fim de verificarmos como essa obra pode suscitar novas possibilidades para o ensino desse registro histórico apresentado no livro didático do 8º ano do Ensino Fundamental anos finais.

## **2 Liberdade ainda que tardia: o evento histórico da Conjuração Mineira na literatura e no livro didático de história.**

A obra *A Viagem Proibida: nas Trilhas do Ouro* (2013), de Mary Del Priore, apresenta como protagonista, em sua diegese, um jovem português, Afonso, que vem ao Brasil com seu irmão para acompanhar o pai que estava a serviço da coroa portuguesa, a fim de investigar casos de corrupção e desvio de ouro na colônia.

A diegese possui dois fios narrativos. Em um deles, temos um narrador em nível intradieético<sup>6</sup>, com uma voz enunciativa autodieética<sup>7</sup> de Afonso, o protagonista, que narra suas aventuras em terras brasileiras e tudo o que aprendeu convivendo com a população do país, especialmente com os negros e indígenas do quilombo, vozes silenciadas pela historiografia que representa a ideologia dominante.

No outro fio narrativo, atua um narrador em nível extradieético, com uma voz enunciativa heterodieética que, em dois capítulos da narrativa, relata sobre como era a vida dos habitantes da capitania, o dia a dia nos quilombos e no palácio, bem como sobre a conjuração que estava se engendrando.

Essa voz enunciativa do discurso revela conhecer muito bem os inconfidentes, como se observa no excerto que relata sobre quem era Tiradentes:

Era alferes do Regimento de Cavalaria Paga. Caçava bandidos e contrabandistas na serra. Nas horas vagas, arrancava dentes. Ganhou apelido, “Tiradentes”, mas seu nome era Joaquim José da Silva Xavier. Não tinha instrução, mas se comunicava bem com todo mundo e possuía grandes fazendas para explorar ouro. [...] Ele frequentava bordéis onde prometia “prêmios” às moças na República que iria criar (DEL PRIORE, 2013, p. 48-49).

Podemos compreender essa estratégia da autora como uma forma de imbricar ainda mais os elementos da história na diegese, uma vez que esse narrador demonstra conhecer toda a história oficial e as personagens, além de trazer informações que estão em suas consciências, ao revelar seus pensamentos e sentimentos. Nesse excerto, verificamos que a descrição de Tiradentes apresenta uma certa “desconstrução” dessa personagem histórica ao revelar que ele possuía fazendas para exploração de ouro, ou seja, tinha interesses pessoais em não pagar os

---

<sup>6</sup> De acordo com Genette (1979), os níveis dieéticos são três, podendo uma narrativa ser: a) extradieética, cujo narrador não participa da história que narra; b) intradieética, que ocorre quando o narrador é, também, uma personagem da história narrada; c) metadieética, quando ocorre de um narrador introduzir uma personagem que se torna narradora de outra história dentro da diegese. (GENETTE, 1979).

<sup>7</sup> A pessoa do narrador divide-se em três tipos, podendo ser: a) heterodieética, que, apesar de narrar a história, não faz parte dela; b) homodieética, que, além de narrar a história, é uma personagem que experiencia a diegese; c) autodieética, quando o narrador relata suas próprias experiências dentro da diegese como personagem da história. (GENETTE, 1979).

impostos para Portugal, além de o descrever de forma bastante humanizada, afirmando que ele não possuía instrução, frequentava bordéis e aproveitava-se do fato de fazer parte de um movimento para obter vantagens prometendo futuros benefícios no novo governo.

A personagem histórica de Tiradentes, presente no imaginário popular do Brasil, principalmente depois do processo de independência, é configurada pela historiografia tradicional como um grande herói, mitificado, um homem determinado, valente, bem aos moldes dos conquistadores que aqui chegaram. Na grande maioria dos livros essa personagem é retratada semelhante a Jesus Cristo, a fim de mostrá-la dentro dos parâmetros do discurso hegemônico, em que toda revolução por independência precisa de um herói à altura, mesmo que falsamente forjado. Uma construção discursiva criada seguindo o modelo europeu para que essa personagem servisse de “modelo” para a nação recém-formada, estratégia comum nesse período em toda a América Latina, conforme nos esclarece Mendez (2021, p. 10):

Nesse período, no afã de construir as memórias das nações recém-formadas, dando-lhes seus heróis, entre conflitos internos, disputas e divergências, as jovens historiografias e literaturas latinoamericanas adotaram procedimentos de escrita análogos aos europeus. Não se poupou nos traços de heroísmo, coragem, determinação, valentia e outros aspectos heroificadores para a construção discursiva desses sujeitos “modelo”. Foram essas figuras consagradas e idealizadas, da mesma forma como foram pelo discurso europeu os conquistadores e colonizadores.

A figura de Tiradentes, por meio da construção discursiva da historiografia tradicional – no intuito da criação de heróis nacionais para a nação em formação – foi idealizada como um sujeito totalmente idôneo, do povo, sacralizado como um modelo a ser seguido, todavia essa reconfiguração da personagem engendrada na narrativa de Del Priore (2013) demonstra a ideologia crítica descolonizadora da obra em estudo, preenchendo, por meio da imaginação e de outras perspectivas, as lacunas da história. Com isso, verificamos a aproximação com o romance histórico contemporâneo de mediação, o qual pertence ao grupo de romances considerados por Fleck (2017) como críticos em relação à historiografia hegemônica.

Ao se mesclarem os dois eixos narrativos, ocorrem algumas analepses e prolepses. No entanto, essa manipulação da narrativa se dá de forma bem simplificada e sem mudanças significativas em sua linearidade, uma das características presentes no romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2017). Por isso, essa estratégia escritural – o emprego da anacronia – não dificulta o entendimento da diegese, pois não chega a se configurar em sobreposições temporais, ou construções de tempos paralelos, ou outros experimentalismos que são comuns nos romances históricos da segunda fase, a crítica/desconstrucionista.

Observamos, igualmente, nesse relato, outras características do romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2017). Entre elas, destacamos a existência de “uma releitura crítica verossímil do passado”. Essa é construída utilizando-se de personagens de extração histórica, como o vice-rei do Brasil à época, Luís de Vasconcellos e Souza, o Visconde de Barbacena, o governador da província, o grupo de inconfidentes (Tiradentes, Tomás Antônio Gonzaga entre outros). Tais aspectos asseguram também as plausíveis ações narradas e, assim, conferem um tom de “autenticidade” aos eventos históricos ressignificados pela ficção. É importante destacar que isso ocorre na diegese de Del Priore (2013) a partir da ótica de personagens periféricas.

Outra das peculiaridades do romance histórico contemporâneo de mediação visível no relato em discussão é o seu foco narrativo centralizado em narradores ex-cêntricos, (HUTCHEON, 1991). A focalização dá-se a partir da voz enunciativa de personagens relegadas a planos insignificantes ou ausentes na historiografia tradicional. Uma perspectiva que enuncia fatos como o seguinte: “eu passava as tardes falsificando passaportes. Para os escravos fugidos, fingia que ainda eram escravos. Mas de um senhor que não existia” (DEL PRIORE, 2013, p. 57), não seria agraciada com louvores nos registros historiográficos forjados à época do ciclo do ouro da colônia brasileira.

A linguagem utilizada ao longo da diegese é amena, fluída e coloquial, com contornos simples e de uso cotidiano, em contraposição ao barroquismo e ao experimentalismo dos novos romances históricos e das metaficções historiográficas, como observamos nesses excertos: “Acordei com os olhos esbugalhados de Tiago me encarando.” (DEL PRIORE, 2013, p. 66); “O regimento dos Dragões fora reorganizado e tinha ordens para descer o cacete no povo,” (DEL PRIORE, 2013, p. 66). Essas são expressões coloquiais hodiernas que se aproximam da linguagem do leitor literário em formação e lhe permitem se reconhecer na forma de “falar” com as personagens da obra lida.

Observamos também o emprego de estratégias escriturais bakhtinianas na construção do tecido narrativo da diegese. Entre elas, destacamos a heteroglossia, com expressões pertencentes a idiomas africanos, “Kalunga Grande” e “Patuá” (DEL PRIORE, 2013, p. 65-66).

Também a intertextualidade (KRISTEVA, 1974) que fica em evidência com o discurso da alquimia, quando se chega ao Quilombo, retirado do *Livro dos prodígios e arcano Hermético* (DEL PRIORE, 2013, p. 86), e as ideias da transmutação de metais inferiores em ouro que serviria para que eles pudessem pagar os quintos sem empobrecer. Outra ocorrência da intertextualidade dá-se com a obra *Cartas Chilenas* ([1789] 2006), de Tomás Antônio Gonzaga,

em que o narrador Critilo escreve, em tom sarcástico, a Doroteu, criticando as façanhas do Fanfarrão Minésio em seu governo de violência, corrupção e autoritarismo, supostamente na capitania do Chile, mas que, na paródia estabelecida, remete-se ao governador de Minas, Cunha Meneses, e seu autoritarismo no final do século XVIII. Desse modo, também nas produções juvenis aparece a paródia como recurso escritural crítico.

Encontramos, ainda, a presença de esparsos recursos metaficcionalis, observados a partir da inserção de trechos em que o narrador busca dialogar com o narratário, a fim de problematizar algumas narrativas oficiais. Isso observamos no excerto, exposto a seguir, em que a personagem Afonso, ao narrar que um grupo de escravos fazia um barulho incessante ao dançarem e cantarem ao ritmo de um chocalho, questiona: “Barulho ou música?” (DEL PRIORE, 2013, p. 14); ou, ainda, ao perguntar sobre por que o ouro estava ficando escasso: “Para onde iria?” (DEL PRIORE, 2013, p. 17), estabelecendo um jogo dialógico com o próprio leitor. Essas inserções visam a uma aproximação/interação com o jovem leitor, a fim de que esse comece a refletir diante do discurso historiográfico oficial e imagine as distintas possibilidades de registro diante das diferentes e múltiplas perspectivas.

O livro didático de História, *História Sociedade & Cidadania* (2018), de Alfredo Boulos Junior (2018), aborda o conteúdo sobre a Conjuração Mineira (1789) em seis páginas (p. 74-79). Na primeira, apresenta, inicialmente por meio de imagens, uma rota do caminho do ouro brasileiro, desde a sua extração nas minas até o seu destino final nos cofres da coroa portuguesa e o posterior envio de grande parte aos seus parceiros comerciais. Destaca, desse modo, que “cerca de 50% do ouro arrecadado foi repassado à Inglaterra [...]” (BOULOS JUNIOR, 2018, p. 75).

A abordagem ao tópico inicia-se explicando aos alunos que a maior parte do ouro era extraída do leito dos rios, o chamado ouro de aluvião, em que escravos ou homens livres lavavam o terreno aurífero com uma bateia que separava o ouro em pó, como é possível observar nesse fragmento:

A maior parte do ouro era obtida em terrenos de aluvião, no leito dos rios. Com água até a cintura, o trabalhador (livre ou escravo) lavava a terra aurífera utilizando uma bateia. Enquanto os materiais mais leves subiam, o ouro em pó ficava depositado no fundo. (BOULOS JUNIOR, 2018, p. 74).

O trecho apresentado pelo autor do livro didático descreve, de forma superficial, os afazeres da mineração, sem informar como eram as condições de trabalho e vida desses

trabalhadores, escravos em sua maioria, submetidos a uma carga horária extenuante em um ambiente insalubre e sem receber nenhum tipo de compensação pelo trabalho.

Em seguida, o texto esclarece aos estudantes que esse ouro era transformado em barra, retirando-se a quinta parte, ou seja, 20% dele, como imposto. O texto faz ainda menção ao transporte desse material que seguia, então, escoltado pelos dragões – soldados da capitania – até o Rio de Janeiro – então capital -, onde era embarcado para Portugal, que repassava cerca de 80% de todo o montante para seus parceiros comerciais, principalmente a Inglaterra.

Ainda nessa página 74, o autor destaca como a mineração de ouro e diamantes contribuiu para uma série de mudanças ocorridas no Brasil, sendo elas:

- a) A ocupação e o povoamento de vastas áreas do interior brasileiro;
- b) O florescimento da vida urbana, contribuindo para o nascimento de várias vilas e cidades;
- c) Mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), único porto por onde o governo português permitia que se embarcasse o ouro;
- d) Crescimento do mercado interno, já que a população da Capitania de Minas Gerais e das áreas onde são hoje Mato Grosso e Goiás compravam com ouro em pó de várias partes do Brasil aquilo de que necessitava [...] (BOULOS JUNIOR, 2018, p. 74).

Ao destacar apenas as vantagens que a extração do ouro trouxe ao Brasil, o autor apresenta a história em sua vertente tradicional que, aliada ao pensamento positivista, coaduna-se com o discurso hegemônico do colonizador, o qual valoriza os feitos heroicos desses homens que transformaram o país numa nação civilizada, próspera e em vias de desenvolvimento urbano – o que atribui ao evento histórico uma tonalidade de progresso em falsa consonância com o que acontecia na Europa. Contudo, no prefácio da obra, o autor afirma filiar-se aos pressupostos da Nova História, incorporando em seus relatos a voz dos diversos sujeitos históricos que participaram da construção da história, entre eles os indígenas, os negros e as mulheres. Tal afirmação observamos no excerto que segue:

Nesta coleção, pautamo-nos por alguns referenciais teóricos da História Nova, daí entendermos a História como um conhecimento em permanente construção; por isso tomamos o documento como ponto de partida e não de chegada na construção do conhecimento e, além, disso, incorporamos a ação e a fala das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos operários e de outros sujeitos históricos antes relegados ao esquecimento. (BOULOS JUNIOR, 2018, p. 6).

Apesar de o autor asseverar que adota a perspectiva mais atual dos estudos historiográficos – a Nova História –, verificamos nessas duas primeiras páginas, que abordam o conteúdo para o aluno referente ao ciclo do ouro, um posicionamento unilateral, que apresenta apenas a voz monolítica do colonizador e a sua versão dos fatos, a qual está devidamente

documentada nos anais da história tradicional. No entanto, segundo Boulos Junior (2018), esses documentos deveriam servir de ponto de partida para a discussão sobre os fatos narrados, ou seja, a partir do conteúdo neles contidos, apresentar novas vozes e outras perspectivas que propiciariam um alargamento das possibilidades de compreensão do passado. Dessa forma, questionamo-nos: essa forma de abordagem do passado, instaurada pelo autor, leva os alunos a “pensarem” criticamente? As vozes dos negros, indígenas e operários realmente se fazem ouvir no livro ou são manifestadas pela voz outra, do europeu, do colonizador, com seu ideal deturpado de progresso e desenvolvimento?

Na obra de Del Priore, sobre a extração do ouro, o narrador intradiegetico – Afonso - expõe as condições sub-humanas em que os trabalhadores das minas, negros em sua grande maioria, viviam, além de todo o prejuízo para o meio-ambiente que a cobiça tinha produzido.

Nas minas, a rotina era pesada, com jornadas que iam do amanhecer ao pôr do sol. Os batedores metidos até a cintura em córregos de água gelada, trabalhavam doze horas por dia. Para os que trabalhavam nas minas subterrâneas, outros riscos: escoras malfeitas, infiltrações, desmoronamentos. Quantos não foram enterrados vivos?! E havia ainda os mergulhadores: em rios profundos e munidos de uma pequena enxada, eles reviravam o fundo de cascalho. Só contavam com o fôlego e a força dos braços e pernas. Os invernos eram glaciais, a água, idem. Reumatismos, febres, pneumonias, tuberculose eram o resultado de poucos anos de trabalho. Como se não bastasse o ofício terrível, a comida era ruim e pouca: angu, feijão, farinha de mandioca e sal. Fumo e cachaça ajudavam a adormecer no chão das senzalas, abertas ao frio e à chuva. Cobriam-se com trapos, “Duravam pouco”, resumiu Tiago. (DEL PRIORE, 2013, p. 33).

Todas essas condições cruéis, desumanas e insustentáveis favoreciam as fugas e a formação dos quilombos, situações que também são problematizadas na obra de forma perspectivada, uma vez que ela apresenta a visão do Português - o pai, quando explica ao filho o que eram esses locais:

O pai explicou: quilombos eram refúgios. Ali se escondiam fugitivos. Não só negros. Lavradores pobres, descendentes de índios carijós e bandidos, também. [...] assaltavam fazendas para roubar-lhes a criação de galinha e porcos. Levavam armas igualmente. [...] Agrediam viajantes e os deixavam mortos no fundo dos boqueirões. (DEL PRIORE, 2013, p. 25).

E a visão do filho depois que ele começa a conviver com os quilombolas.

Quilombo não era só refúgio. Era reação, aos horrores da escravidão. Onde houvesse cativos, haveria fugas. Ali, vi adultos com marcas de maus-tratos: o tendão cortado para que não fugissem. A marca F, de fujão, feita com ferro em brasa no ombro. Vi cicatrizes que fechavam como raízes sobre a pele: tinham sido tratadas com sal e limão

para a ferida doer mais. E cortes na pele pelo peso da gargalheira ou das correntes (DEL PRIORE, 2013, p. 31).

O encontro dessas duas vozes, do colonizador e de alguém que presenciou a história pelo viés do colonizado, permite que o leitor tenha outra perspectiva para compreender a história. Desse modo, a visão do colonizado, excluída do discurso historiográfico e do livro didático, ressignifica o passado, traz novas verdades, promove a reflexão, expande-se a novos questionamentos.

O protagonista, Afonso, afirma que, no Quilombo, percebeu o significado das palavras que as autoridades portuguesas tanto temiam: igualdade, liberdade, fraternidade. Essas ideias, explica o governador Barbacena, chegavam pelos livros que eram censurados em Lisboa:

Os livros eram os grandes inimigos da Coroa. Por isso mesmo, havia censura em Portugal. Apesar de os funcionários da Real Mesa Censória, encarregada de zelar pela circulação e conteúdo dos livros, examinarem cada barco que partia de Lisboa, eles vinham escondidos. E havia também livros que eram mais perigosos se lidos aqui do que lá. Falavam contra a escravidão e a colonização. Eles ameaçavam a estabilidade da Coroa. Qualquer ideia contrária ao regime era combatida (DEL PRIORE, 2013, p. 43).

Esse excerto revela a intenção dos colonizadores, que sempre foi de manter todos na ignorância para facilitar a dominação. Ainda sobre a falta de preocupação com a educação do povo, a autora utiliza estratégias metadiscursivas para problematizar esses fatos: “Não foram fechadas todas as academias científicas que se tentou criar na colônia? E a proibição das universidades, também não resultava do medo das “ideias francesas”? Um negro igual a um branco? Onde o mundo ia parar?” (DEL PRIORE, 2013, p. 43). Esses questionamentos promovem uma aproximação com o leitor, incitando-o a deixar a passividade e começar a refletir sobre os eventos. “Numa Sociedade iletrada, ler era poder. Eu era poderoso!” (DEL PRIORE, 2013, p. 84-85).

Nas páginas seguintes do livro didático (p.76-79), o autor explana, especificamente, sobre a Conjuração Mineira (1789), informando que a revolta da população com a cobrança de impostos abusivos por Portugal começou a partir de 1760, quando as “jazidas de ouro mineiras começaram a se esgotar.” (BOULOS JUNIOR, 2018, p. 76).

Em seguida, explica que, quando, em 1788, Portugal envia um novo governador que anuncia a derrama – cobrança de impostos forçados –, a população começa a se revoltar, pois “[...] a capitania de Minas Gerais devia a Portugal mais de cinco toneladas de ouro. Os colonos diziam que não podiam pagar porque o ouro estava se esgotando. As autoridades portuguesas

afirmavam que o problema era que o ouro estava sendo desviado.” (BOULOS JUNIOR, 2018, p. 76). Ademais, esclarece que a revolta foi organizada pela elite da colônia, autoridades, fazendeiros que estavam endividados e que perderiam tudo se a derrama se confirmasse. No entanto, sobre Tiradentes, o autor afirma que “entre eles estava também um homem que tinha sido dentista prático, tropeiro, garimpeiro e que, aos 30 anos tornara-se militar: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por todos como Tiradentes.” (BOULOS JUNIOR, 2018, p. 77). Essa personagem, como se nota, é retratada como um homem do povo, um militar que divulgava o movimento e que conseguiu atrair um grande número de simpatizantes em torno da ideia de independência de Minas, como assinalado nesse fragmento: “entre o povo, nas tavernas e nas ladeiras da região Tiradentes era o maior propagandista da independência de Minas Gerais e atraiu para o movimento um grande número de simpatizantes.” (BOULOS JUNIOR, 2018, p. 77).

A partir dessa descrição, é possível observar no livro didático, mais uma vez, a presença do discurso do colonizador, ou seja, a história em sua vertente tradicional, idealizando uma personagem histórica de grande vulto, conferindo-lhe atributos de um homem de bem, pertencente ao povo, valente, idôneo, desprovido de interesses pessoais, um perfeito “modelo” a ser seguido. Essa visão sacralizada da personagem é desconstruída pelo narrador criado por Del Priore, conforme demonstramos acima.

Ainda na narrativa de Del Priore, o narrador extradiegético problematiza as reais intenções desse grupo, que não deixava claro para a população quais seriam os rumos depois da separação de Minas de Portugal. “Como se daria a revolta? Qual o futuro da escravidão, uma vez que poucos queriam acabar com ela? E dos impostos? Que república se queria implantar?” (DEL PRIORE, 2013, p. 48). Como se percebe, as motivações revolucionárias dentro do grupo eram diversas.

Para encerrar o conteúdo, o autor explica sobre a delação que resultou na suspensão da derrama, a qual desmobilizou o movimento, fazendo com que a revolta não se concretizasse, e que todos os conjurados fossem presos e condenados à forca. No entanto, apenas Tiradentes, o líder, foi morto e esquartejado, enquanto os demais foram exilados para colônias portuguesas na África.

Na obra de Del Priore (2013), o pai de Afonso explica ao filho que essa prática de matar, esquartejar e pendurar o corpo pelas estradas para intimidar as pessoas da colônia era aplicada aos negros que tentavam roubar ouro ou diamantes: “No caminho, vez por outra, pendurada em cercas ou num galho de árvore, a mão seca ou a cabeça decapitada de um escravo” (DEL

PRIORE, 2013, p. 21) era encontrada. Todavia, se os brancos cometessem semelhante crime, eram mandados à prisão, ou exilados em Angola.

Diante dos fragmentos do livro didático apresentados nessa análise, podemos compreender que, embora o autor, no prefácio da obra, afirme filiar-se aos pressupostos da Nova História, que problematiza os preceitos tradicionais, não vislumbramos, no desenvolvimento do conteúdo apresentado ao aluno, a inserção da análise das estruturas da sociedade, com a história “vista de baixo”, com a opinião das pessoas comuns, com a utilização de novas fontes e, ainda, a substituição da objetividade do historiador de apresentar o fato como se verdade fosse.

Por outro lado, tais elementos são claramente encontrados na narrativa híbrida de história e ficção. A premissa dos romances históricos contemporâneos de mediação, de apresentar a história a partir de visões periféricas, coaduna-se com a vertente renovadora dos estudos historiográficos da história “vista de baixo”, apresentada por Sharpe (1992, p. 60). Em seu texto o autor “recorda-nos de que a nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais”, pois as classes consideradas inferiores também foram agentes históricos e suas ações afetaram o mundo em que elas viviam.

Nessa modalidade, são explorados, assim como o proposto pelos historiadores da história “vista de baixo”, diversos “segredos que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas.” (SHARPE, 1992, p. 62). É justamente nessas lacunas deixadas pela história tradicional, que não ouviu as vozes periféricas nem as fontes não oficializadas, que o romance histórico contemporâneo de mediação insere-se, revelando novas possibilidades de leituras do passado, sem a desconstrução das personagens e dos registros históricos, porém com um discurso alternativo que mantém uma aura subversiva, assim como essa nova perspectiva para os estudos historiográficos que deveriam estar incorporados ao ensino da disciplina com vistas à formação de um leitor crítico e consciente.

### **Considerações finais**

Nosso objetivo com este artigo foi observar como a literatura híbrida de história e ficção pode contribuir com outros saberes e iluminações sobre o registro histórico da Conjuração Mineira, ocorrido no período colonial brasileiro, especialmente ao narrá-lo a partir da voz de personagens excêntricas, as quais tornam-se protagonistas e assumem a voz na quinta

modalidade de romance histórico, denominada por Fleck (2017) como romance histórico contemporâneo de mediação.

Centramos nossa análise no modo como a autora do texto literário faz uso de uma técnica para, a partir dela, tirar proveito e revelar a sua intenção com a escritura dessa obra, e compreendemos que o discurso presente na narrativa literária revela o objetivo de enfrentamento com o discurso hegemônico.

No livro didático, o discurso é baseado na ciência historiográfica tradicional, centrada nos grandes heróis, na voz monolíngue do colonizador, sem margem para dúvidas; na narrativa, ele é polissêmico, metafórico, uma vez que a autora usa a linguagem, a imaginação para criar a dúvida, preencher as lacunas da história, por meio da visão de outras personagens, que de outras posições observam a história por outro viés.

Desse modo, observamos que essa narrativa híbrida de história e ficção aponta um possível caminho para a descolonização, tendo em vista que ressignifica o passado, por meio do desvelamento da subjetividade, das emoções e sentimentos despertados por figuras que, historicamente, sempre estiveram relegadas ao esquecimento. Contribui, assim, na atualidade, para o reconhecimento de nossa condição de subjugados, primeiro passo para que consigamos descolonizar nosso pensamento.

## Referências

- BERND, Zila. Apresentação. In: BERND, Zilá. *Escrituras Híbridas: estudos em literatura comparada interamericana* (Org). Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 8º ano: ensino fundamental: anos finais – 4. Ed.* – São Paulo: FTD, 2018.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 4. ed. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-38.
- COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*; trad. Laura Sandroni. – 1. ed. – São Paulo: Global, 2017.
- DEL PRIORE, Mary. *A Viagem Proibida: nas Trilhas do Ouro*, 1.ed. – São Paulo: Planeta, 2013.
- FLECK, Gilmei. Francisco. *O romance contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. Curitiba: CRV, 2017.
- GENETTE, Gerard. *Discurso da Narrativa*. Trad. Fernando Cabral Martins: Lisboa: Vega Universidade, 1979.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KRISTEVA, Júlia. *Introdução à semanálise*. Trad. Lucia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MENDEZ, Hugo Eliecer Dorado. *Nuestro Bolívar: da heroificação à humanização da sua figura na ficção*. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu. p. 99. 2021.

SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. *Duas humildosas considerações sobre a conjuração mineira*. Disponível em:  
[http://patriamineira.com.br/imagens/img\\_noticias/100620090811\\_Conjuracao\\_Mineira\\_x\\_Inconfidencia\\_Mineira.pdf](http://patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/100620090811_Conjuracao_Mineira_x_Inconfidencia_Mineira.pdf). Acesso em 30/09/2021.

SHARPE, James. A história vista de baixo. In. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

TROUCHE, André. *América: história e ficção*. Niterói, RJ: EdUFF, 2006. 156 p.

WAQUIL, Marina. Leivas. O boom latino-americano: recepção e tradução. In: *Revista Translatio*, n. 7 (2014), p 1-14. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/translatio/article/download/50907/31685>. Acesso em 30/09/2021.

*Recebido em 11 de novembro de 2022*

*Aceito em 03 de janeiro de 2022*